

IFA: LEGA 191.045

DE: AUGUSTO CESAR FAYET

PARA: Atenco Dr. VITTORIO AMADIO

FAX/IEA: (041) 264 7152 PARA FAX: (0039) 6 474 7599

DATA: / /



Instituto de Estudos Amazônicos
Rua Monte Castelo, 380
Curitiba - Paraná
82500 - Brasil
Tel. (041) 262-9494
Telex 41-0775
Fax (041) 264-7152

MENSAGEM/COMENTÁRIO:

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data / /
Cod. K0D00034

Curitiba, 15 de maio de 1991.

Ao
COCIS - Coordinamento delle Organizzazioni
non governative per la Cooperazione Inter-
nazionale allo Sviluppo
Att. Dr. Vittorio Amadio
Roma - Itália

Prezados Senhores,

Dirigimo-nos a V.Sa. para solicitar o apoio do
COCIS ao trabalho que nosso Instituto vem desenvolvendo junto às
comunidades de seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro
Preto, Município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, Brasil.

A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, foi
criada pelo Governo Federal em maio de 1990, e tem uma área de
204.583 ha, onde habitam em torno de 650 famílias.

 de vital importância iniciar um trabalho desti-
nado a apoiar a organizao dos seringueiros, sobretudo nos aspec-
tos relacionados a diversificao da base produtiva e de comercia-
lizaco (hoje assentada exclusivamente na extrao da borracha),
para fortalecer a cooperativa dos seringueiros, consolidar esta
reserva já criada e desenvolver projetos demonstrativos, que pos-
sam ser reproduzidos em futuras reservas extrativistas.

Agradecemos a ateno e ficamos  disposico pa-
ra maiores informao a respeito.

AUGUSTO CESAR FAYET
Vice-Presidente IEA



Instituto de Estudos Amazônicos
Rua Monte Castelo, 380
Curitiba - Paraná
82500 - Brasil
Tel. (041) 262-9494
Telex 41-0775
Fax (041) 264-7152

- PROJETO "ECOSCAMBIO" - APRESENTAÇÃO SINTÉTICA -

1. REFERENTES E ANTECEDENTES

O projeto Ecoscambio visa operacionalizar alguns elementos contidos no conceito de "desenvolvimento sustentável". Este conceito, enfatiza, em particular, a necessidade de alcançar um equilíbrio entre necessidades de preservação do meio ambiente, e necessidades (principalmente de desenvolvimento econômico e social) das comunidades locais.

O projeto visa, portanto, identificar possíveis "caminhos" para concretizar o objetivo do desenvolvimento sustentável, através da realização de experiências em vários contextos, bastante diferenciados entre si, do Brasil.

Isto quer dizer, que o próprio projeto caracteriza-se por ter um forte componente de experimentação voltada para a identificação de metodologias e instrumentos de trabalho que possam ser aproveitados pelos participantes e reproduzidos sucessivamente. Em especial, o projeto quer sistematizar estas metodologias, se baseando-se na estratégia PEC - Primary Environmental Care - recém adotada pela Cooperação Italiana como princípio norteador das suas propostas de intervenção em questões do meio ambiente.

A PEC é uma estratégia de cooperação que enfatiza a iniciativa local para a resolução dos problemas ambientais; ela quer trabalhar ao mesmo tempo sobre a preservação do meio ambiente e a satisfação das necessidades básicas das comunidades, estimulando o crescimento técnico-gerencial das instituições cujo suporte operativo é necessário para fazer com que a própria iniciativa comunitária possa ganhar em termos de efetividade.

O Ecoscambio, por sua vez, nasce operativamente do interesse pelas questões do desenvolvimento sustentável e pela estratégia PEC, manifestado conjuntamente por ONGs italianas e brasileiras, pela Cooperação Governamental Italiana no Brasil e pela Direção para a Cooperação e o Desenvolvimento em Roma, a partir de atividades e projetos que já estão sendo desdobrados no Brasil.

2. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

O projeto quer promover a iniciativa organizada da sociedade civil e das instituições públicas para a definição e a realização de atividades PEC, em três contextos territoriais específicos:

- As áreas peculiares do bioma da floresta amazônica, onde estão sendo desdobradas tentativas de busca da compatibilidade entre preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida de comunidades locais (Reserva Estrativista do Rio Ouro Preto, Rondonia).

- As áreas peculiares dos Parques Nacionais do Nordeste, onde estão sendo implementadas tentativas de integração das áreas protegidas dos Parques com iniciativas de desenvolvimento

integrado regional (Parque da Serra de Capivara, Piauí, e Região da Chapada Diamantina, Bahia).

- Algumas áreas urbano-periféricas das cidades de São Paulo (SP) e Salvador (BA); em áreas específicas destas cidades estão em fase de execução tentativas de controle da degradação do meio ambiente e da qualidade da vida, baseadas em processos de descentralização político-administrativa, particularmente adiantados no que diz respeito ao setor saúde.

As áreas rurais representam ecossistemas de equilíbrio frágil; as áreas urbano-marginais, ambientes complexos, nos quais os riscos ambientais (falta de infraestruturas) ligam-se a problemas mais amplos de qualidade da vida (acesso a serviços básicos, a oportunidades de trabalho, à representação dos interesses das comunidades locais).

3. PARCEIROS LOCAIS

O projeto propõe estruturar sua ação através de duas formas de parceria:

* A nível federal, através da definição de um amplo acordo com a Secretaria do Meio Ambiente e o IBAMA, que formalize a ~~colaboração entre as partes a partir de~~ prioridade comum de identificar caminhos viáveis de desenvolvimento sustentado.

* A nível local, através da definição de planos operativos, acordados entre as instituições públicas e as entidades da sociedade civil envolvidas em cada área.

4. FINALIDADES E OBJETIVOS

4.1. FINALIDADES:

- Demonstrar a viabilidade de experiências concretas de desenvolvimento sustentável, através da articulação entre instituições públicas e organizações da sociedade civil.

- Enriquecer e difundir estas experiências através da articulação entre entidades brasileiras e italianas.

4.2. OBJETIVOS

- Promoção do desenvolvimento de experiências - e entidades que as sustentem - de melhoria da qualidade de vida e proteção do meio ambiente, conjugando necessidades socioeconômicas e ambientais, no sentido comum dos direitos de cidadania.

- Criação de núcleos intersetoriais de pesquisa e iniciativa ambiental que possam agir como observatórios permanentes do estado de um dado território e apoiar o planejamento de intervenções no mesmo.

- Desenvolvimento institucional destes núcleos, através da

experimentação, adoção e uso de instrumentos de expressão das necessidades locais, e da análise, planejamento, programação e acompanhamento de intervenções PEC no território.

* Apoio ao planejamento, execução e acompanhamento de outras intervenções específicas no território.

* Elaboração, sistematização e difusão das experiências realizadas e de seus resultados.

5. METODOLOGIA DO PROJETO E AÇÕES PREVISTAS

O enfoque adotado pelo projeto, centrado na relação crítica entre necessidades de desenvolvimento local e necessidades de preservação (ou, melhor, valorização) do meio ambiente, impõe que se trabalhe com uma visão integrada e sistêmica do território.

Isto, por sua vez, faz com que seja preciso reformular um conjunto de técnicas e instrumentos que, em sua maioria, pertencem à tradição do planejamento urbano e regional, principalmente revertendo a perspectiva tipicamente "top-down" e centralizada deste. Esta é a direção da proposta de construir de baixo para cima os núcleos intersetoriais de pesquisa e iniciativa ambiental acima mencionados.

Mas ao mesmo tempo, é preciso fortalecer a capacidade institucional destes núcleos, construindo, conjuntamente com os parceiros locais, instrumentos e técnicas, que permitam seja a interpretação global das dinâmicas do território, seja a identificação e o planejamento de intervenções prioritárias e estrategicamente orientadas, ou seja, de mínimo custo e máximo impacto potencial.

Na prática, tais instrumentos referem-se a:

* canais e medidas eficazes de expressão das necessidades e de participação na tomada de decisões, por parte das comunidades locais;

* indicadores, sistemas de informação, instrumentos analíticos capazes de apoiar o processo de tomada de decisões;

* instrumentos de planejamento e programação capazes de aumentar a eficiência de alocação de recursos das intervenções priorizadas, e de avaliar com precisão a viabilidade técnica, financeira e política das mesmas;

* instrumentos participativos de acompanhamento e avaliação, capazes de fornecer uma retroalimentação imediata e clara a cerca do desempenho e do impacto das próprias intervenções.

Para desenvolver estes instrumentos, o projeto propõe-se trabalhar em áreas "de concentração", em cada uma das 5 regiões selecionadas. As áreas de concentração representam espaços e momentos de experimentação intensiva de metodologias, técnicas e atividades, com um elevado componente formativo. Nestes momentos de concentração participam as instituições públicas e as entidades da sociedade civil, que, gradualmente, vão construindo

cada núcleo local, e que, portanto, serão posteriormente responsáveis pela difusão de experiências análogas no resto de seus territórios de abrangência.

Em tudo isso, os técnicos - brasileiros e italianos - do projeto participam mais como facilitadores e catalizadores de um processo, do que como típicos consultores que tentem replicar um produto já pronto.

O projeto é coordenado por um núcleo central, formado pelos coordenadores de cada área, por representantes da Secretaria Federal do Meio Ambiente/IBAMA, e técnicos italianos, representantes, respectivamente, da Cooperação Governamental, da Cooperação Não-Governamental, e das Associações Ambientalistas. As atividades são gerenciadas por um núcleo de técnicos brasileiros e italianos permanentemente contratados, cada um responsável por uma determinada área funcional.

Enfim, as atividades são executadas pelos escritórios locais do projeto - um em cada área de trabalho - pelos coordenadores locais, técnicos locais, e com a consultoria e a supervisão dos técnicos permanentemente contratados.

O projeto - que tem uma duração de 3 anos - é estruturado em 3 fases:

- fase 1: articulação dos núcleos locais; análise do território (coleta das informações e mapeamento do mesmo, utilizando um Geosistema intersetorial); identificação e planejamento de algumas intervenções mínimas mas estrategicamente prioritárias;

- fase 2: execução de intervenções específicas, nas seguintes vertentes:

* serviços básicos (saúde e educação): capacitação de pessoal dos serviços e da comunidade sobre os problemas prioritários da área, apoio a campanhas de imunização e a campanhas educativas, programas de visitas domiciliares, de controle da água etc.

* proteção e valorização do meio ambiente/controlar dos riscos ambientais: capacitação de grupos de operadores ambientais, amplas campanhas de educação e sensibilização sobre as temáticas ambientais locais, elaboração de planos de manejo das áreas naturais protegidas, ações piloto de saneamento ambiental e autoconstrução habitacional baseadas no trabalho comunitário.

* estímulo à criação de oportunidades de trabalho e de geração de renda, que sejam ecosustentáveis: capacitação para o desenvolvimento comunitário e para a formação de cooperativas locais, apoio a microempresas informais em âmbito urbano, ao artesanato, à produção agrícola e ao ecoturismo em âmbito rural.

* fase 3: avaliação, sistematização e difusão da experiência.

6. RECURSOS

O projeto conta com recursos próprios para a contratação de

peçoal local (maioritário) e expatriado (minoritário), a compra de equipamentos, a execução de intervenções específicas. Tais recursos devem se aproximar a 2.5 milhões de US\$, doados pelo Governo Italiano, a Comunidade Econômica Europeia e obtidos através de campanhas de sensibilização da opinião pública italiana, conduzidas pelas principais associações ambientalistas italianas.

Alem disso, o projeto visa mobilizar e articular, principalmente para a fase 2, outros recursos externos, seja locais (institucionais e comunitários), seja internacionais.

6
1
Sr.
Dr. Francesco Notabartolo di Villarosa
Coordenação dos Projetos de Saúde no Brasil
Cooperazione Italiana
Ministério das Relações Exteriores da Itália
Av. São Rafael, 2289, Barra.
Salvador - Bahia

CEDI - P. I. B.
DATA 24/12/81
COD 157 1 2008 24

Curitiba, 18 de fevereiro de 1982.

Prezado Francesco:

Dirijo-me a V.Sa. para reafirmar nosso grande interesse em participar de modo cooperativo do Projeto Ecoscambio, relativo à tutela e gestão comunitária do meio ambiente em áreas de particular significado ecológico e sócio-econômico, com ampla possibilidade de sua reprodução em ambientes críticos da realidade brasileira.

Reporto-me à reunião que realizamos em Curitiba, dias 22 e 23 de janeiro passado, com a participação do Dr. Giuseppe Maria Vozza, Coordenador da Terra Nuova no Brasil, e da Dra. Mary Helena Allegretti, Presidente deste Instituto, quando tomamos conhecimento da proposta, objetivos, características técnicas e metodológicas, abrangência e significado social, assim como das áreas de intervenção, particularmente da Reserva Extrativista do Rio Duro Preto, em Rondônia - à qual estamos diretamente relacionados e onde estamos implementando projeto com o apoio da Lega per l'Ambiente.

Levantamos, ainda, a perspectiva de estabelecer relações com o projeto de Capacitação e Treinamento para as Reservas Extrativistas, em perspectivas imediatas de execução, com o apoio da Comunidade Econômica Europeia, da Universidade Federal e dos Governos dos Estados do Mato Grosso e Rondônia, portanto de envolver outros organismos especialmente interessados na obtenção e utilização dessa investigação nas suas respectivas áreas de interesse.

Na expectativa de que as negociações venham a surtir o efeito esperado, de implantação do Projeto Ecoscambio, reiteramos nosso apreço e distinguida consideração.

Atenciosamente


Augustus César Favet
Vice-Presidente

OBS: O projeto está redigido em italiano.